O Progresso e a Política

Simon Schwartzman

O Estado de São Paulo, 11 de maio de 1979

A ideia de progresso ilimitado, em um mundo sem fronteiras, era uma das características centrais das ideologias políticas e das ciências sociais no século XIX. Existiam, certamente, versões radicais e versões liberais destas ideias: pela ordem ou pela revolução, no entanto, quase todos concordavam que o futuro traria indefinidamente mais riqueza, mais justiça social, mais felicidade. O que caracteriza a segunda metade do século XX é que, enquanto a maioria das ideologias políticas continua supondo este mundo sem fronteiras, as ciências sociais se preocupam, acima de tudo, com as condições de sobrevivência do homem nos limites estreitos do que Kenneth Boulding chamou, um dia, de "Astronave Terra". Este divórcio talvez seja uma explicação para a crescente renúncia das ideologias políticas contemporâneas ao uso da racionalidade, em contraposição às ideologias liberais e socialistas clássicas.

É possível aprofundar esta questão se observarmos que a ideia de progresso está intimamente ligada à noção do uso crescente do espaço, do tempo, da energia e da informação. A ideia de uma fronteira espacial ilimitada vem fascinando a humanidade desde pelo menos os tempos heroicos dos descobrimentos, e a conquista de mundos desconhecidos – as selvas, a Antártica, a lua, o fundo do mar – ainda hoje cativa a imaginação. No entanto, fica cada vez mais claro que a ocupação efetiva destes novos espaços só pode ter uma importância marginal, e que a solução para os problemas do presente depende, essencialmente, de reorganizar o espaço que já possuímos e ocupamos. Mesmo no Brasil, onde a Amazônia e o Planalto Central ainda dão a ilusão de uma fronteira interminável, os problemas de ordenamento e utilização dos espaços físicos nos centros mais habitados já é agudo. Poucos anos atrás ainda era possível para uma autoridade brasileira dizer, para

quem quisesse ouvir, que a poluição com problemas orientais era luxo de ricos, e que "a poluição é nossa". Hoje esta seria, no mínimo, uma brincadeira de mau gosto.

A conquista do tempo está muito ligada à ideia do poder ilimitado da tecnologia, da racionalização e do aumento da eficiência. Um primeiro passo nesta conquista foi a própria transformação da ideia de tempo na sociedade industrial, que introduziu na vida cotidiana a noção do tempo cronometrado e quantificado, em contraste com o tempo qualitativo das sociedades pré-industriais. A utilização de equipamentos automáticos de todo tipo permitiu e ainda permite uma subdivisão ainda maior do tempo, mas o limite está dado pelas pessoas que devem processar, utilizar e controlar estes equipamentos. O ideal tayloriano da adaptação do homem ao ritmo das máquinas, caricaturado por Chaplin nos "Tempos Modernos", acaba esbarrando em seus limites e se invertendo, na busca de uma adaptação das máquinas ao ritmo dos homens.

Os limites do uso de energia são talvez os mais conhecidos, a partir da crise do petróleo e do debate sobre a utilização da energia atômica. O que já é claro para os especialista – mas que, compreensivelmente, custa a ser aceito pelo público – é que não existe mágica tecnológica possível que possa garantir o uso de emergia no ritmo de crescimento com o qual estamos acostumados: primeiro, porque existe o problema real de esgotamento das fontes naturais de energia e combustível; segundo, e mais importante, porque não se trata simplesmente de manter ritmos estáveis de consumo, mas de assegurar um progresso que se pretende ilimitado. De fato, intimamente ligada à ideia da fronteira aberta está a noção de que os recursos à disposição da sociedade tendem a crescer de forma ilimitada. O conflito de interesses em sociedades em expansão dificilmente assume o caráter de "jogo soma zero", ou seja, de competição onde os ganhos de uns são necessariamente perdas de outros. O que o fechamento da fronteira faz é exatamente transformar os jogos em que todos ganham alguma coisa em jogos em que alguns perdem e, assim, aguçar a virulência dos conflitos.

A informação parece ser, por enquanto, a última fronteira realmente ainda aberta. Os sistemas de armazenamento e transmissão de informações se aperfeiçoam cada vez mais, tornando-se progressivamente mais fácil , mais barato e mais rápido processar um volume crescente de dados, com um dispêndio cada vez menor de energia e uso cada vez menor de espaço. Como a informa é o ingrediente principal para a organização, é possível abrigar a esperança de que os problemas gerados pelo fim das fronteiras abertas sejam, em princípio, manejáveis. Existem aqui duas grandes vertentes, ou vias de encaminhamento. A primeira, mais simplista, implica a implantação de sistemas autoritários e rígidos de controle social, na forma de grandes sistemas de engenharia. O segundo, mais complexo, implicaria uma distribuição bastante delicada de poder e responsabilidade entre diversos grupos sociais significativos, que pudessem barganhar e disputar seus interesses dentro de limites mutuamente aceitos.

É aqui, evidentemente, que o problema ideológico e político volta a se colocar com toda a força: ou o sistema político, com seus partidos, ideologias e grupos de interesse, aprende a tomar em conta as realidades de um mundo com fronteiras e produz as soluções necessárias, ou a natureza das coisas terminará por impor sua própria lógica - que é, geralmente, catastrófica.

Dar ordem e colocar limites em uma sociedade profundamente desigual pode e tem sido identificado como a busca de uma forma de congelar e garantir as desigualdades e privilégios. É necessário impedir que isto seja assim, mas para isto é importante abandonar, de vez, as ilusões do progresso sem fronteiras.